

# **A Amazônia através da mídia: a formação da opinião pública nacional em longo prazo.**

*Ten Cel Cav PIRAJU BOROWSKI MENDES  
Maj Com SÉRGIO LUIZ GOMES DE MELO*

## **RESUMO**

Este artigo aborda a contribuição da mídia para a formação da opinião pública brasileira acerca da Amazônia. Nesse contexto, são inicialmente articulados fundamentos das ciências sociais e humanas que permitem compreender o processo de formação das opiniões. Posteriormente, são descritos os papéis históricos dos meios de comunicação impressos, os quais viabilizaram a difusão ao público nacional das impressões colhidas por viajantes e exploradores das terras amazônicas. Em acréscimo, são abordadas as atuais participações dos livros, da televisão e dos jornais no reforço das impressões historicamente formuladas, bem como são discutidos os conflitos decorrentes de duas destacadas perspectivas sobre a Amazônia: a desbravadora e a ambientalista.

Palavras-chave: Amazônia, mídia, opinião pública brasileira.

## **ABSTRACT**

This article approaches the contribution of the media for the formation of the Brazilian public opinion concerning the Amazonian. In this case, foundations of the social and human sciences are initially presented in order to allow the understanding the process of formation of the opinions. Later, the historical role of printed means of mass communication is described, which made possible the diffusion to the national public of the impressions picked by travelers and exploiters of the Amazonian lands. In increment and in the reinforcement of the impressions historically formulated, the current roles of the text books, television and newspapers are approached, as well as the current conflicts of two outstanding perspectives are discussed on the Amazonian: the exploratory and the environmentalist.

Keywords: Amazonian, mídia, national public opinion

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia constitui-se em uma vasta região definida pela bacia do rio Amazonas, a qual é dominada em grande parte pela floresta equatorial. Em termos políticos, sua extensão é compartilhada por nove países sul-americanos<sup>1</sup> e, particularmente quanto à sua porção brasileira, seus limites legais enquadram nove estados da Federação, o que corresponde a 61% do território nacional<sup>2</sup>.

Em contraponto ao fato de apresentar uma dimensão incomparável no cenário brasileiro e de comportar um enorme potencial de desenvolvimento (GRANDI e col., 2002), a Amazônia expõe índices socioeconômicos sobremaneira modestos em relação ao restante do Brasil<sup>3</sup>.

A esse respeito, importa considerar que tal quadro de desproporcionalidade encontra explicação histórica, na qual assume papel destacado a tardia ação colonizadora portuguesa sobre aquela porção do nosso território. Nesse caso, o retardo na intensificação dos esforços de colonização acabou por protelar não somente a consolidação das bases para a formação da nacionalidade brasileira<sup>4</sup>, mas também a maturação institucional própria à gestão e ao desenvolvimento político, econômico e social da região, segundo os parâmetros compartilhados pelos estados modernos.

De modo geral, contribuíram para esse retardo colonizador: o Tratado de Tordesilhas (1494), cuja assinatura atribuiu a posse das terras amazônicas ao reino de Castela (atual Espanha); a prioridade conjuntural na exploração de atrativos econômicos em outras regiões do país e, ainda, a dificuldade de penetração decorrente da floresta equatorial (SOUBLIN, 2003).

Mesmo após a conquista da independência política brasileira, a Amazônia manteve relativo estado de hibernação no contexto nacional<sup>5</sup>. Esse quadro passou a ser destacadamente superado, a partir do final do século XIX, em função do interesse econômico mundial direcionado para a borracha, dos esforços para a demarcação da fronteira norte e, ainda, em decorrência da implementação de políticas indigenistas por parte do Estado brasileiro.

Já com o advento da segunda metade do Século XX, ampliaram-se os níveis de atenção nacional sobre a Amazônia e de integração daquela região com o restante do país. Nesse contexto, não se pode desconsiderar a implementação de diversos programas de governo destinados ao povoamento e ao desenvolvimento sócio-econômico daquela porção do

---

<sup>1</sup> Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

<sup>2</sup> Grosso modo, a Amazônia engloba a Região Norte do Brasil, no entanto e para fins legais, essa dimensão é ampliada para outras áreas que compartilham o bioma amazônico, passando a incluir, assim, o estado de Mato Grosso e a porção do estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44. (ADA, 2008).

<sup>3</sup> A título de ilustração, cita-se a participação pouco superior a 5% do Produto Interno Bruto brasileiro, a renda per capita 38% inferior à média nacional (IBGE, 2008) e o Índice de Desenvolvimento Humano dos estados da Amazônia legal igualmente abaixo da média geral do país (PNUD, 2008).

<sup>4</sup> A nacionalidade brasileira resultou de um processo de interação cultural, do qual participaram originalmente: o europeu (branco e colonizador), os índios (habitantes mais antigos das Américas) e o negro africano. Nesse contexto e apesar do estabelecimento de relações de dominação que - não raro - levaram a situações de animosidade, conflitos e ressentimentos, tem-se que o inevitável entrosamento intercultural em terras da antiga colônia propiciou o surgimento e a evolução de nossa nacionalidade (FREYRE, 1997; RIBEIRO, 1998; HOLANDA, 1998; FURTADO, 1999; LEITE, 2007).

<sup>5</sup> Cabe salientar, porém, as ações de inúmeros brasileiros que, enfrentando desafios consideráveis, estabeleceram bases para o desenvolvimento regional, asseguraram a presença brasileira na Amazônia e que, conseqüentemente, contribuíram para a demarcação de nossas fronteiras.

nosso território, como também, não se descarta o avanço – mesmo que desordenado – da fronteira agrícola sobre a Amazônia e, ainda, o incremento do debate em escala mundial envolvendo questões ambientais, climáticas e indígenas. (BUENO, 2002; MELLO, 2002; SOUBLIN, 2003; ZHOURY, 2001).

Em paralelo à histórica defasagem das ações da metrópole portuguesa e, em certa medida, do Estado brasileiro na região, a Amazônia vem sendo objeto de abordagem de viajantes e exploradores desde o Século XVII. A difusão das impressões decorrentes – expressas em registros iconográficos ou por meio de crônicas, cartas e romances – acabou por contribuir para a formação do imaginário brasileiro sobre a região (BUENO, 2002; SOUBLIN, 2003).

Dessa forma, tem-se a primordial e ampla difusão de uma perspectiva que privilegiava os interesses, expectativas e percepções do agente europeu, a qual foi gradual e comumente ratificada não somente pela mídia impressa<sup>6</sup>, mas também através de outros meios de comunicação de massa, à medida que esses foram sendo criados e desenvolvidos.

Nesse contexto, o presente artigo enfoca a evolução da opinião pública brasileira sobre a Amazônia e o papel dos meios de comunicação de massa na formação dessa opinião, especialmente no que concerne à televisão, aos livros e aos jornais.

## 2 MATERIAL E MÉTODO

O estudo realizado partiu de uma pesquisa bibliográfica, a qual teve por objetivo levantar e integrar conhecimentos que facilitassem a compreensão da opinião pública nacional enquanto processo, bem como suas percepções sobre a Amazônia.

Dessa forma, tomando por princípio que a população brasileira se enquadra na categoria de grande público<sup>7</sup>, identificou-se que os meios de comunicação de massa são os principais vetores de informação à disposição dos brasileiros sobre a Amazônia.

Nesse caso, foram confrontadas análises de discursos já realizadas e pertinentes aos meios enfocados nesta pesquisa, bem como produzida uma análise de discurso atual sobre a Amazônia, a partir do levantamento de matérias publicadas pelos principais jornais brasileiros, no intuito de complementar estudos precedentes realizados por outros pesquisadores.

## 3 RESULTADOS

### 3.1 OPINIÃO PÚBLICA COMO PROCESSO

---

<sup>6</sup> A palavra mídia corresponde à idéia de “conjunto de meios existentes em uma área, ou disponíveis para uma determinada estratégia de comunicação”. Note-se, ainda, que mídia constitui-se em um aportuguesamento da palavra *media*, em latim, a qual é o plural de *médium* (meio) naquele idioma. (RABAÇA e BARBOSA, 2002, p. 490).

<sup>7</sup> Entende-se que grande público - também denominado como “massa” - é composto por um elevado número de indivíduos anônimos, heterogêneos, dispersos em vastas áreas e que dispõem de poucos recursos ou oportunidades para trocarem experiências diretamente entre si (RABAÇA e BARBOSA, 2002, p.172).

Opiniões são entendidas como produtos cognitivos e dizem respeito às “proposições que, na sua formulação mais simples, afirmam ou negam uma relação entre dois objetos concretos ou abstratos, ou entre um objeto e algum possível atributo deste” (KRÜGER, 1986, p. 32).

Por sua vez, a opinião pública pode ser abordada segundo uma perspectiva generalizante, que busca delinear e traduzir tendências próprias de uma coletividade. Nesse caso, tem-se o sentido de que opinião pública corresponde a

um agregado de opiniões predominantes em uma comunidade. Juízo de valor (subjetivo) que advém de uma situação objetiva (um fato concreto) e se manifesta objetivamente. A opinião pública manifesta-se e modifica-se coletivamente, sem ser necessariamente condicionada pela aproximação física dos indivíduos, e não implica o conhecimento do assunto sobre o qual se opina. Nela interferem fatores psicológicos, sociológicos e históricos. (RABAÇA e BARBOSA, 2002, p. 526).

Em particular e uma vez identificado que a Amazônia constitui-se em uma realidade distante da experiência direta da grande maioria da população brasileira (BUENO, 2002), tem-se que as opiniões firmadas sobre essa porção do território nacional refletem o que ROKEACH define como “crenças derivadas” (1981, p. 8), ou seja, são opiniões constituídas a partir da apropriação da vivência e do julgamento de terceiros.

Portanto, conforme constata ROKEACH e corroboram SHERIF e col. (1965), à medida que aumentam a frequência e o nível de consenso no qual os elementos de referência do público manifestam suas impressões, maior tenderá a ser o nível de convicção alcançado por esse público e, conseqüentemente, maior será a possibilidade de resistência à mudança das opiniões formadas.

### 3.2 OPINIÃO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No âmbito brasileiro e conforme VIÁ (1983) e BUENO (2008), os meios de comunicação de massa assumem um papel preponderante no processo de formação da opinião pública nacional, o que é reforçado pela já citada natureza das crenças formuladas sobre a Amazônia.

No entanto, embora os meios de comunicação de massa apresentem o potencial comum de transmitir informações a um grande número de pessoas distribuídas em vastas áreas, convém destacar que tais meios apresentam peculiaridades – notadamente relativas aos aspectos: cobertura, penetração e conteúdo – as quais permitem atribuir à televisão (TV) aberta, aos livros e aos jornais uma maior relevância no âmbito desta exposição.

Quanto ao destaque assumido pela televisão, tem-se que esse decorre em grande parte da consolidação dos sistemas de TV no Brasil<sup>8</sup>, da atratividade exercida pelas mensagens

<sup>8</sup> Estruturados a partir de um restrito número de redes, o que facilita a homogeneização de enquadramentos e o compartilhamento da programação em âmbito nacional.

audiovisuais, da universalidade de acesso ao sinal aberto (Quadro 1) e pela variedade de programação, a qual é capaz de oferecer não só entretenimento, mas também informação de qualidade<sup>9</sup> a diversos segmentos do público (SANT'ANNA, 2002).

Resumo da penetração das mídias por classe social (%)							
Faixa	TV	TV por Assinatura	Rádio	Revista	Jornal	Cinema	Internet
A1	99	72	89	79	81	49	77
A2	98	59	88	73	74	41	70
B1	99	42	89	64	69	31	56
B2	98	28	89	55	60	19	39
C	98	11	88	41	45	8	17
D	96	3	83	28	25	3	6
E	87	1	78	19	15	1	2

**Quadro 1** – PENETRAÇÃO DA MÍDIA POR CLASSE SOCIAL.

Fonte: Grupo de Mídia (2008).

Por outro lado e conforme VAINFAS (1999), LEITE (2007), BUENO (2002), CARVALHO e SILVA (2004), igualmente cabe considerar o importante papel dos livros como meios de influência na opinião pública, o que está diretamente relacionado com as históricas implicações desses meios com os processos de educação formal dos brasileiros (livros didáticos), assim como de erudição do que se concebe como líderes de opinião (obras científicas ou literárias).

Nesse caso, define-se uma duradoura tendência para a abordagem da Amazônia segundo seus aspectos naturais (geografia), assim como uma tendência que valoriza a análise histórica e cultural sob o ponto de vista europeu, condição essa que perdura desde o período colonial.

Por fim, ressalta-se o potencial de influência dos jornais. A esse respeito, AZEVEDO (2006) enfatiza: o alto grau de credibilidade alcançado por certos veículos; a dirigibilidade dos jornais quanto a determinados segmentos do público; a referência de notícia e de enquadramento oferecida a outros meios e a preponderância de conteúdos de informação atualizada e contextualizada, o que faz com que os jornais assumam uma importância capital na influência sobre a opinião pública nacional brasileira. Sobre essa questão, AZEVEDO conclui que:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta,

<sup>9</sup> A elevada audiência dos telejornais atesta a efetividade da comunicação propiciada por esse meio.

priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta. (2006, p. 95).

Portanto, uma vez salientada a importância do papel dos três meios de comunicação abordados neste estudo e não desconsiderando o potencial de influência pertinente aos outros meios, vale ressaltar os estudos de SHAW sobre o agendamento de temas pela mídia<sup>10</sup> e seus reflexos sobre a opinião pública. Nesse contexto, Shaw afirma que:

Em consequência da ação de jornais, de televisão e dos outros meios de comunicação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW apud WOLF, 1999, p. 144).

Ampliando as eloqüentes conclusões de SHAW<sup>11</sup>, convém ainda destacar estudos posteriores que validaram a compreensão de que a influência dos veículos de comunicação não se dá apenas acerca de o que pensar, mas também se estende ao modo de pensar, ou seja, no que concerne às perspectivas e juízos do público (McCOMBS, 2004).

Dessa forma e levando em consideração o fenômeno de concentração midiática identificado por LIMA (2004)<sup>12</sup>, foram analisadas matérias jornalísticas publicadas pelos principais jornais brasileiros<sup>13</sup> (Gráfico 2), de 01 de outubro de 2007 a 30 de abril de 2008.

Nesse caso, foram obtidas evidências que permitem afirmar que a Amazônia é objeto de abordagem por parte dos veículos pesquisados, com frequência não desprezível, o que faz ressaltar a importância da análise sobre os conteúdos difundidos por esses veículos, em função do potencial de influência da opinião pública a eles relacionado<sup>14</sup>.

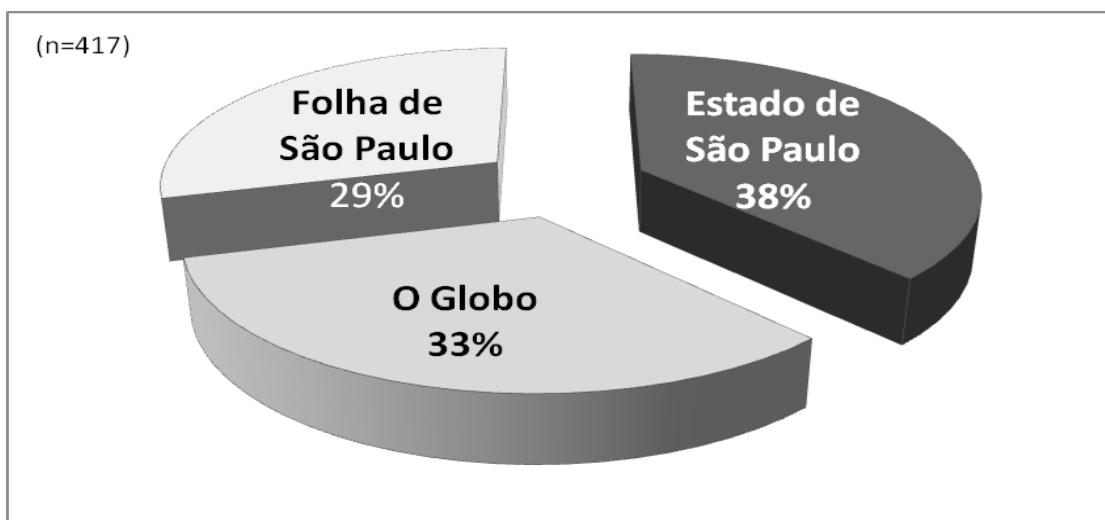
<sup>10</sup> Em inglês: *agenda setting*.

<sup>11</sup> A formulação de tais conclusões correspondeu ao pressuposto de que a mídia poderia apenas influenciar o público quanto aos temas de destaque, o que faz supor uma autonomia da audiência quanto ao julgamento dos fatos.

<sup>12</sup> Esse fenômeno diz respeito à formação de grandes oligopólios de mídia no Brasil, reunindo emissoras de rádio, TV, jornais, portais na Internet, editoras etc. Tais oligopólios contribuem para a conformidade de enquadramentos entre os conteúdos difundidos por cada meio em particular.

<sup>13</sup> Os veículos que foram selecionados como principais jornais são aqueles que compõem conglomerados de mídia, que têm tiragem média diária superior a 200 mil exemplares e que, ainda, mantêm vinculação direta com agências de notícia pertencentes aos respectivos conglomerados. Dessa forma, enquadraram-se os jornais O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

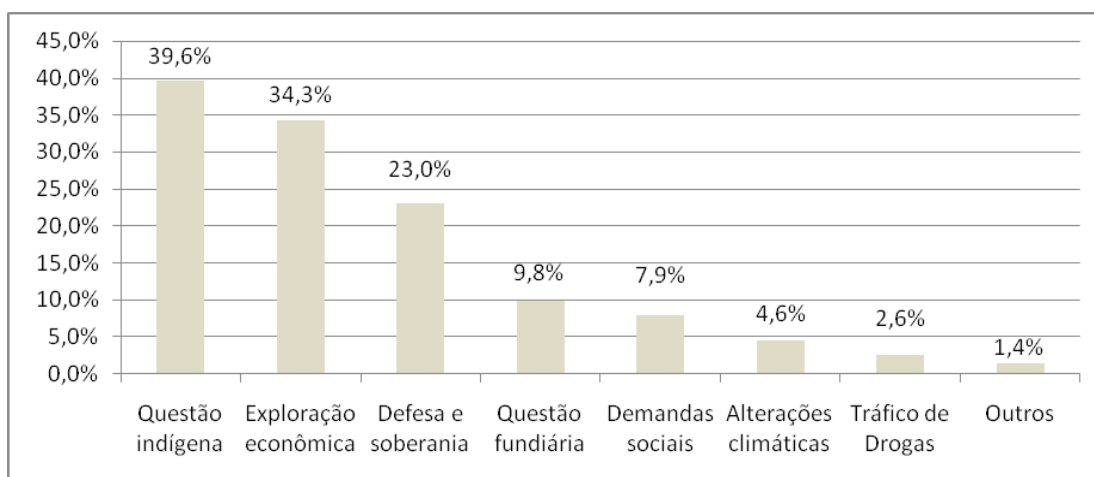
<sup>14</sup> Foram analisadas 417 matérias e artigos que versaram sobre a Amazônia e que compuseram a Resenha Diária do Exército Brasileiro durante os sete meses em questão.



**Gráfico 1** – MATÉRIAS PUBLICADAS SOBRE A AMAZÔNIA, DE 01/10/07 A 30/04/08.

Fonte: o autor.

De modo sintético, a temática mais frequentemente abordada esteve relacionada a questões envolvendo a demarcação de terras e direitos dos indígenas brasileiros, o que foi seguido pela abordagem da exploração econômica da região<sup>15</sup> e por aspectos relacionados à defesa e à soberania brasileira<sup>16</sup>, além de outros temas (Gráfico 2).



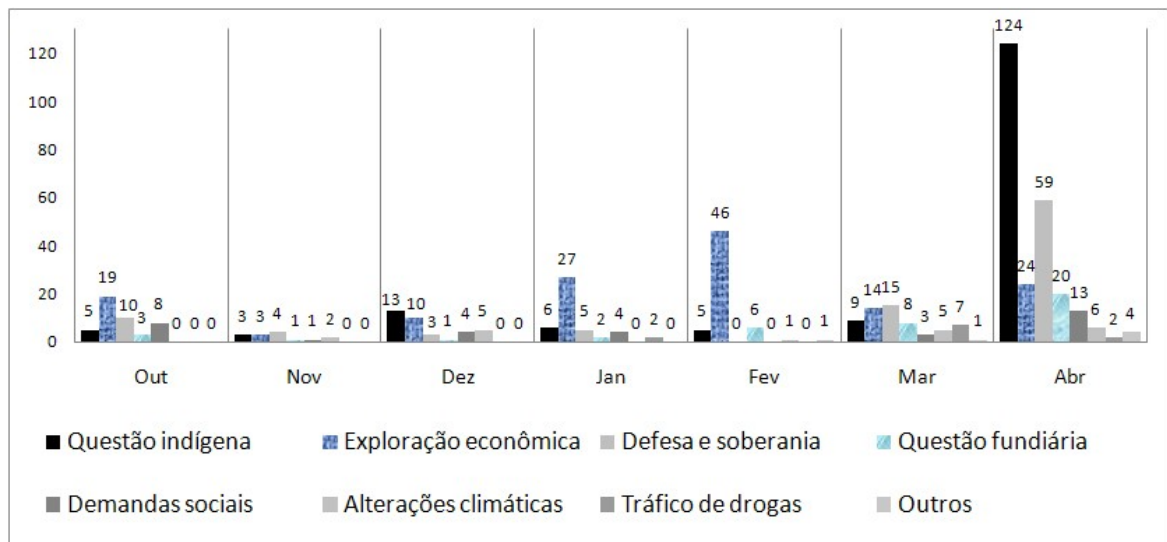
**Gráfico 2** – TEMAS AMAZÔNICOS E ABORDAGENS JORNALÍSTICAS.

Fonte: o autor.

<sup>15</sup> Na maioria das vezes, essa temática enquadrava a adoção de procedimentos desordenados e causadores de danos ambientais, com ênfase no desmatamento associado à extração ilegal de madeira e à expansão da fronteira agrícola.

<sup>16</sup> Em grande parte, atinentes a eventuais riscos atrelados à demarcação de terras indígenas junto às fronteiras nacionais.

Constatou-se, ainda, a exploração das diversas temáticas com frequência de abordagem variável no decorrer do tempo (Gráfico 3), em razão da sucessão de eventos específicos e com potencial noticioso, tais como: a divulgação oficial de elevados índices de desmatamento (especialmente nos meses de janeiro e fevereiro); a mobilização de setores da sociedade em torno da polêmica sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (particularmente no mês de abril); a presença, em outubro, de comitiva do Ministério da Defesa e do Secretário de Planejamento de Longo Prazo; protestos liderados por movimentos de luta pela terra no interior do Pará (“abril vermelho”); operações policiais de grande vulto; etc.

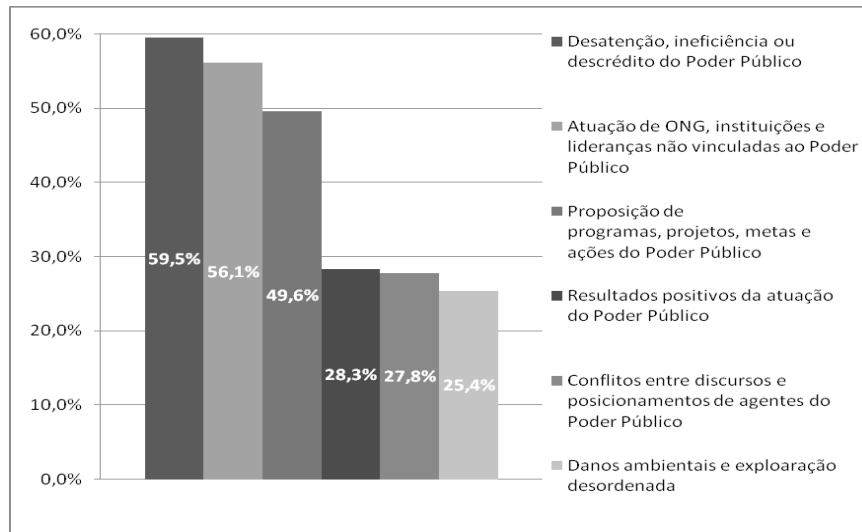


**Gráfico 3** – INCIDÊNCIA MENSAL DE EXPLORAÇÃO TEMÁTICA.  
Fonte: o autor.

Quanto aos enquadramentos, observa-se uma frequência destacada em que a atuação do poder público é desacreditada, tida como ineficiente e desatenta às demandas regionais, o que se verifica independentemente da temática abordada. Tal condição foi ainda reforçada pela apropriação de críticas emitidas por organizações não governamentais (ONG)<sup>17</sup>, por depoimentos proferidos por especialistas e lideranças locais, por posicionamentos contraditórios emitidos por agentes públicos e, também, pelos recorrentes anúncios de metas, programas e projetos de governo sem que seus resultados efetivos posteriores sejam igualmente destacados (Gráficos 4 e 5).

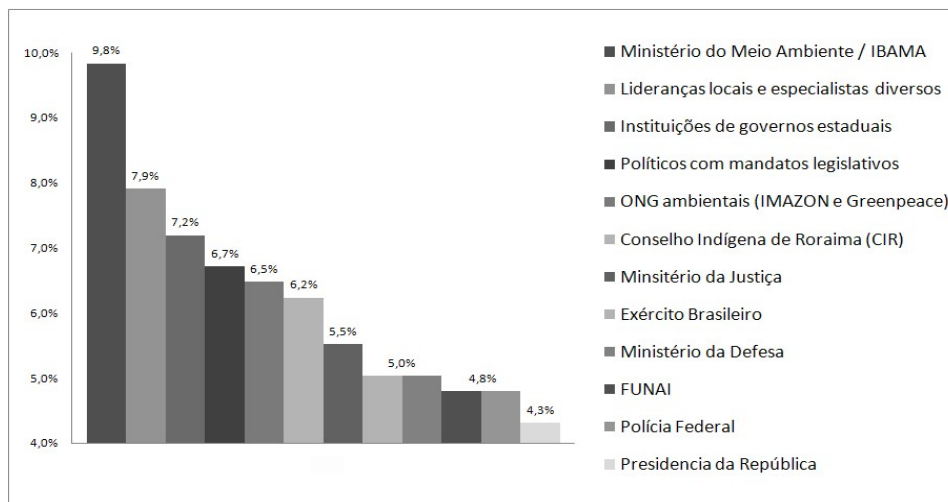
<sup>17</sup> Em grande maioria, relacionadas ao ativismo ambiental e/ou voltado para questões indígenas. Em certos casos, essas ONG assumem o caráter transnacional, como é o caso do *Greenpeace*.





**Gráfico 4 – ENQUADRAMENTO DA TEMÁTICA AMAZÔNICA.**

Fonte: o autor.



**Gráfico 5 – INCIDÊNCIA DE APROPRIAÇÃO DE DISCURSOS NAS MATÉRIAS ANALISADAS.**

Fonte: o autor.

### 3.3 OPINIÃO NACIONAL E IMAGINÁRIO SOBRE A AMAZÔNIA

Conforme a herança advinda dos primeiros impressos sobre a Amazônia, o imaginário popular brasileiro é marcado por idéias relacionadas à imensidão, à riqueza natural e à homogeneidade dessa extensa área, onde predomina a floresta equatorial. Nesse contexto, tal imaginário ressalta, também, crenças que configuram a percepção de inacessibilidade e de vazio demográfico, no qual o indígena tende a ser despersonalizado e percebido, muitas vezes, como ser que não comunga plenamente da nacionalidade brasileira (BUENO, 2002; 2008).

Dessa forma, complementando o entendimento da opinião pública nacional e contando com o reforço das constatações de SOUBLIN (2003), tem-se a configuração de uma perspectiva historicamente herdada do colonizador português. Perspectiva essa associada à idéia de **desbravamento**, a qual atribui à Amazônia a qualidade de fonte descomunal de

riquezas biológicas e minerais<sup>18</sup>, mas cujo manejo efetivo encontrou e encontra uma série de obstáculos.

Assim, segundo sugere SOUBLIN e afirma REIS (1982), ao passo que se fortaleceu a idéia de grande riqueza explorável e, contudo, inexplorada, consolidou-se em proporção direta a crença de que a Amazônia constitui-se em patrimônio a ser conquistado e soberanamente mantido, o que serviu de base para as primordiais ações portuguesas contra holandeses e ingleses na região<sup>19</sup> e, ainda, propiciou o suporte para a formação e o fortalecimento da crença de cobiça internacional (Quadro 2).

AMAZÔNIA <i>Ocupação por Países desenvolvidos</i>	OUT 07 %
Corre risco, a curto prazo	20,5
Corre risco, a médio prazo	23,2
Corre risco, a longo prazo	29,1
Não corre risco	20,6
NS/NR	6,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 2** – AMAZÔNIA E A POSSIBILIDADE DE OCUPAÇÃO.

Fonte: CNT (2007).

Nesse caso, embora a perspectiva de descobrimento (Figura 1) não tenha sido efetuada a efeito de forma plena, há que se considerar que tal perspectiva serviu de impulso a movimentos migratórios recentes, em especial, a partir da década de 50 do século passado<sup>20</sup> (Gráfico 6).

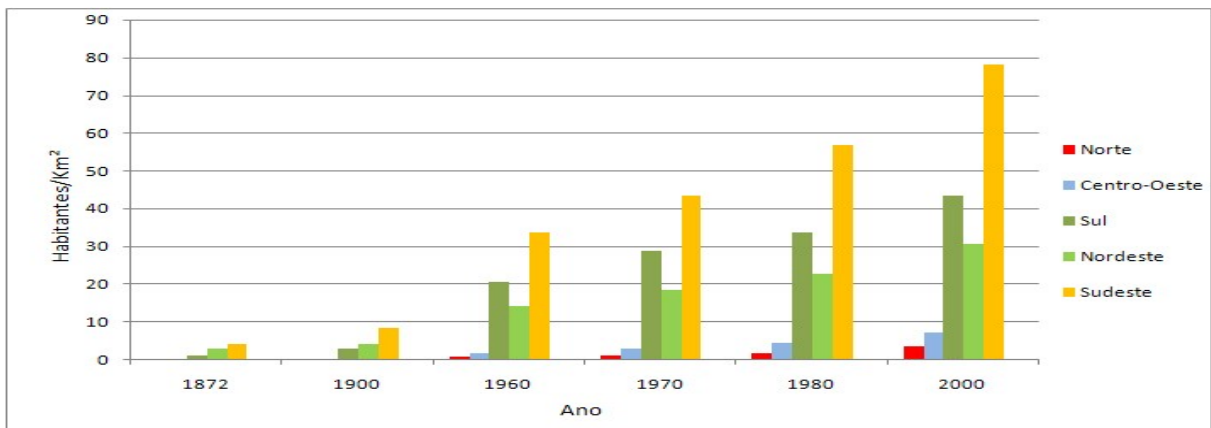


**Figura 1** – REVISTA O CRUZEIRO, EDIÇÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 1958.

Fonte: Bueno (2002).

<sup>19</sup> Essas ações foram desencadeadas no início do Século XVII e visavam expulsar holandeses (baixo Amazonas, alcançando os rios Xingu e Tapajós) e ingleses (em região próxima à atual cidade de Macapá), que chegaram a instalar feitorias e fortes em território amazônico.

<sup>20</sup> Ocasão em que se propaga, com maior destaque, a idéia da Amazônia como “celeiro do mundo”.



**Gráfico 6 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR REGIÕES**  
Fonte: IBGE (2008).

A esse respeito, BUENO (2002) e MELLO (2002) atestam que tais fluxos migratórios ocorreram, em parte, com o consentimento e o estímulo do Estado, tendo em vista a garantia da segurança e da soberania nacional no território, sendo algumas das políticas aplicadas, à época, o povoamento e a integração com as demais regiões do país<sup>21</sup>.

Em uma espécie de contraponto à perspectiva marcada pelo ideal de desbravamento, BUENO (2002, 2008) e ZHOURY (2001) igualmente identificam uma tendência mais contemporânea – a **ambientalista** – a qual vem alcançando maior destaque a partir do quarto final do século passado.

Nesse caso, tal tendência assume notório caráter transnacional (ZHOURY, 2001) e se mostra favorável – grosso modo – à criação de áreas de conservação ambiental, à promoção do desenvolvimento sustentado, bem como ao estabelecimento de reservas indígenas.

A perspectiva ambientalista, claramente associada ao desejo de assegurar a manutenção da biosfera e as formas de relacionamento não-predatório do homem em relação ao ambiente, favorece a percepção da Amazônia como um patrimônio de interesse internacional, estimula o imaginário de que a Amazônia é o “pulmão do mundo”, bem como reforça a crença de que a Amazônia é uma reserva singular da biosfera do planeta e que, ainda, sua eventual transformação trará conseqüências diretas para o aquecimento global e o

<sup>21</sup> O rol de medidas é bastante extenso e engloba, por exemplo: alteração de divisões políticas territoriais; apoio à fundação de cidades; realização de expedições exploratórias; criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e da Superintendência da Zona Franca de Manaus; desencadeamento de projetos de desenvolvimento, como os projetos Jari e Carajás; ampliação da fronteira agrícola e distribuição de títulos de propriedade de terras.

“efeito estufa”. Desse modo e, em última instância, a preservação da Amazônia está – imaginariamente e segundo uma relação de causa e efeito – relacionada à preservação das condições de vida em todo o planeta.

Um exemplo que destaca a ascensão desse novo paradigma sobre a Amazônia diz respeito à construção da rodovia Belém-Brasília.

Em 1958, a abertura da estrada Belém-Brasília significava progresso e integração da Amazônia ao resto do país. A floresta, nesse momento, representava um empecilho à chegada do progresso à região e a natureza hostil, apesar de forte, deveria ser enfrentada e vencida pelo homem. Em 1989, a BR-364 era apontada como vilã dessa mesma natureza: “caminho aberto ao oeste da Amazônia e à devastação desenfreada da floresta”. (BUENO, 2008, p. 84).

Segundo BUENO, a tendência ambientalista tem, atualmente, os veículos de comunicação de massa como os seus principais difusores. Por sua vez, pesquisas recentes corroboram o entendimento de que a opinião pública brasileira manifesta considerável ressonância quanto à idéia de preservação (Quadros 3 e 4).

<b>FLORESTA AMAZÔNICA</b> <i>Atitude do Brasil</i>	<b>JUN 07</b> %
<b>Pode fazer o que quiser</b>	10,8
<b>Preservar com regras nacionais</b>	75,0
<b>Preservar com regras internacionais</b>	7,2
<b>Deveria ser internacionalizada</b>	1,9
<i>NS/NR</i>	5,2
<b>Total</b>	100,0

*De acordo com especialistas, a Floresta Amazônica é hoje responsável pela renovação de 1/3 (um terço) da atmosfera do mundo, sendo a maior reserva de espécies (fauna e flora) do planeta e que contém significativas reservas minerais. Com qual das seguintes afirmações o Sr(a) mais concorda:*

- 1. O Brasil pode fazer o que quiser com a Amazônia, como parte de seu País*
- 2. O Brasil deveria preservar a Floresta Amazônica de acordo com suas próprias regras*
- 3. O Brasil deveria preservar a Floresta Amazônica de acordo com regras internacionais*
- 4. A Amazônia deveria ser internacionalizada*

**Quadro 3** – ATITUDE BRASILEIRA SOBRE A AMAZÔNIA

Fonte: CNT (2007).

<b>FLORESTA AMAZÔNICA Preservação</b>	<b>MUNDO 2001 %</b>	<b>BRASIL 2001 %</b>	<b>JUN 07 %</b>
<b>Financiamento Internacional</b>	69,3	45,0	39,8
<b>Responsabilidade do Brasil</b>	21,3	48,8	54,5
<i>NS/NR</i>	9,4	6,3	5,7
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

*Em sua opinião, os países do mundo deveriam também contribuir financeiramente para a preservação da Floresta Amazônica através de Organismos Internacionais, ou a preservação da Floresta Amazônica deveria ser de responsabilidade somente do Brasil:*

- 1. Os países deveriam contribuir financeiramente através de Organismos Internacionais*
- 2. A preservação da Floresta Amazônica deveria ser uma responsabilidade somente do Brasil*

**Quadro 4 – FINANCIAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA**

Fonte: CNT (2007).

Embora com os dados disponíveis permitam delinear a opinião pública nacional sobre a Amazônia de uma maneira sintética e generalizante, tais dados também facultam a identificação de inúmeras divergências de posicionamentos acerca da Amazônia, considerando-se segmentos específicos da sociedade nacional.

Tais divergências refletem transformações históricas que vêm se fazendo notar, bem como atestam uma grande diversidade de interesses balizados genericamente pela dicotomia “desbravamento X preservação ambiental”, cuja conciliação se mostra, pelo menos por ora, pouco efetiva.

Assim, para um seringueiro, um caboclo ribeirinho ou um índio, os diferentes ecossistemas da Amazônia podem representar, num nível localizado, os recursos necessários para a sobrevivência cotidiana. Para um general brasileiro, a Amazônia é uma fronteira a ser defendida. Para um cientista, lá estão os ecossistemas de maior biodiversidade a serem investigados. Enquanto uma empresa multinacional pode ver na floresta amazônica a madeira de lei a ser exportada, um antropólogo vê a diversidade cultural; viajantes buscam aventura e prazer junto à natureza, ao passo que um ambientalista pode valorizar a floresta como um recurso natural vital e o lar de pessoas cujo modo de vida encontra-se ameaçado pelo capital transnacional. (ZHOURY, 2001, p. 11).

## 4 DISCUSSÃO

A opinião pública nacional sobre a Amazônia está relacionada a um processo histórico extenso e peculiar. Nesse caso, o perfil constatado indica: percepção da Amazônia como fonte de riquezas naturais e vazio demográfico; desqualificação do elemento indígena como ente brasileiro em sua plenitude; fortalecimento gradual da perspectiva ambientalista;

reconhecimento da cobiça internacional; e valorização da soberania nacional sobre a Amazônia.

Assim, uma vez que o imaginário do público brasileiro reflete a apreensão da Amazônia segundo o seu quadro natural, outros aspectos característicos deixam de ser enfatizados, tais como: cultura regional; histórico e perspectivas de povoamento e desenvolvimento; demandas econômicas, políticas e sociais dos brasileiros que lá residem; etc.

Por seu turno, a imprensa desponta como um vetor dotado de especial capacidade para a ampliação do debate sobre as questões amazônicas, o que ocorre em função da variedade de conteúdos expressos pelos veículos jornalísticos e da análise atualizada de diversos acontecimentos, em especial daqueles deflagradores de mídia espontânea. Como exemplos, tem-se a cobertura de danos ambientais decorrentes da exploração econômica criminosa ou desordenada, o acompanhamento de visitas de comitivas interministeriais à região amazônica e o registro de atos violentos e/ou de protesto próprios às dinâmicas sociais.

Nesse contexto, a visibilidade alcançada por certos atores sociais através da mídia denota prontidão de setores do ativismo social organizado, no que concerne à promoção e/ou exploração de eventos noticiosos. Dessa forma, fatos específicos, como o início da mobilização para a retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, demonstram que instituições de pequeno porte, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), podem vir a alcançar espaço significativo na mídia, em contraste, por exemplo, a outras organizações não governamentais que, representando posicionamento social distinto ao CIR, se mostram menos eficazes no relacionamento com a imprensa<sup>22</sup>.

Por outro lado e com base na imprensa, constatam-se conflitos de posicionamentos entre órgãos do poder público acerca de questões comuns. Nesse caso, o índice de 27,8% (vide gráfico 4) atesta certa dificuldade na afirmação de um discurso coerente, coordenado e unificado do Estado brasileiro, o que pode ser exemplificado por meio das divergências ocorridas entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Agricultura sobre a dinâmica de desmatamento na Amazônia. Nesse caso, fica igualmente clara a contraposição entre duas perspectivas gerais, ambas com propostas desenvolvimentistas, porém uma de viés preservacionista e outra de caráter exploratório/desbravador.

Ainda quanto à visibilidade alcançada por órgãos do poder público, vale também notar que essa chega a ser comparativamente menor que a obtida por certas organizações pertencentes ao terceiro setor, embora o porte das instituições públicas seja notadamente maior e não obstante o fato de essas instituições compartilharem o envolvimento em questões em torno das quais concorrem esforços tanto governamentais como não governamentais. É o caso, por exemplo, da polêmica atinente à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol,

<sup>22</sup> Como ocorre com a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), que sendo representativa de parcela considerável da população indígena na área da reserva, não alcança uma repercussão na mídia comparável à do CIR.

ocasião em que se verifica uma frequência inferior de apropriações de discursos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério da Justiça em relação ao CIR (vide gráfico 5).

## 5 CONCLUSÃO

A questão amazônica é extremamente complexa, envolve soluções políticas, econômicas, sociais e ambientais e, claramente, pode ser percebida a partir de diferentes pontos de vista. As perspectivas assumidas, por sua vez, servem de respaldo para ações ocasionalmente divergentes, conflituosas e cujas legitimidade e eficiência são, eventualmente, questionáveis.

Nesse caso e com base no entendimento de soberania<sup>23</sup>, o posicionamento do público nacional brasileiro constitui-se em fator indispensável para legitimação, estímulo, avaliação e eventual correção de rumos não somente no que concerne à atuação dos órgãos do poder público, mas também no que diz respeito a outros segmentos da sociedade que, de forma ativa ou por omissão, influem na dinâmica amazônica.

Pelo exposto e valorizando o ambiente democrático, a desejável interferência do público nacional na condução dos destinos da Amazônia tem a ver, decerto, com a capacidade de esse público apreender – com equilíbrio e de forma integrada – diferentes aspectos sobre a realidade nacional e regional amazônica.

Nesse caso, fica evidenciada a importância da cobertura ampla, imparcial e independente a ser efetivada pelos veículos de comunicação de massa, especialmente no que concerne aos seus respectivos processos de agendamento, assim como em relação aos seus próprios enquadramentos, sob pena de se propiciar um terreno fértil para a ocorrência e cristalização de erros de avaliação, os quais certamente estarão implicados com atitudes e ações equivocadas ou pouco pertinentes aos reais interesses e prioridades nacionais.

---

<sup>23</sup> Soberania é um “direito inalienável” de qualquer estado independente e diz respeito ao exercício da autodeterminação de objetivos e de procedimentos para as suas respectivas consecuições. Nesse caso, exclui-se a possibilidade de ordem suprema que venha a subordinar as decisões e ações desses estados (BRASIL, 1989).

## 6 REFERÊNCIAS

ADA. Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <[www.ada.gov.br](http://www.ada.gov.br)> Acesso em: 21 Fev. 08.

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina**. 1989.

BUENO, Magali F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. São Paulo, 2002. 187fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Natureza como representação da Amazônia. **Espaço e Cultura**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no. 23, p. 77-88, jan/jun. 2008.

CARVALHO, M. A.; SILVA, Robson Carlos da. O Livro Didático como Instrumento de Difusão de Ideologias e o Papel do Professor Intelectual Transformador. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI / II Congresso Internacional em Educação, 2004, Teresina. Educação, Práticas Pedagógicas e Políticas de Inclusão Social. Teresina: EDUFPI, 2004. v. 1. p. 1-11.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. Relatórios de pesquisas de âmbito nacional. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>> Acesso em: 24 ago. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: ensaios sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GRANDI, Rodolfo; RENTE, Andréa; COSTA, Fernanda (Org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves gráfica e Editora, 2002.

GRUPO DE MÍDIA. Penetração das Mídias. Disponível em: <<http://www.gm.org.br/novosite/midia/penetracao.asp>> Acesso em: 13 jan. 08.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Estatística por tema: Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/defaulttab.shtm>> Acesso em: 13 Ago. 08.

KRÜGER, Helmuth. **Introdução à Psicologia Social**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 7. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

LIMA, Venício A. Concentração da Mídia. In: DEBATE NO CONSELHO DE



COMUNICAÇÃO SOCIAL. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

McCOMBS, Maxwell. **Setting the Agenda: the mass media and public opinion**. Cambridge: Polity Press, 2004.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Públicas Territoriais na Amazônia Brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento 1970 – 2000**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, SP, 2002.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em 13 Ago. 08.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

REIS, Artur C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROKEACH, M. **Crenças, Atitudes e Valores: Uma teoria de organização e mudança**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: Teoria, Técnica e Prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: São Paulo, 2002.

SHERIF, Carolyn W.; SHERIF, Muzafer; NEBERGALL, Roger E. **Attitude and Attitude Change: the social judgment-involvement approach**. Philadelphia: Saunders, Co, 1965.

SOUBLIN, Jean. **História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

VAINFAS, R. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo**, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

VIÁ, Sarah Chucid da. **Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

ZHOURY. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 44 n° 1, p. 9-52, 2001.